

*Leilson Mascarenhas Santos*

# Processo eletrônico e acesso à justiça

Editora Lumen Juris  
Rio de Janeiro  
2014

Copyright © 2014 by Leilson Mascarenhas Santos

Categoria: Acesso à Justiça

Produção Editorial

Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Surama Cespedes

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.

não se responsabiliza pela originalidade desta obra.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 10.695, de 1º/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à

Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil

*Printed in Brazil*

DADOS INTERNACIONAIS DE  
CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

---

S237p

Santos, Leilson Mascarenhas

Processo eletrônico e acesso à justiça / Leilson Mascarenhas

Santos. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2014.

132 p. ; 21 cm.

Bibliografia: p. 105-113.

ISBN 978-85-67595-47-4

1. Processo civil – Brasil – Automação. 2. Ação judicial – Brasil – Automação. 3. Documentos eletrônicos – Brasil.
4. Acesso à justiça. I. Título.

CDD- 347.8105

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	IX
INTRODUÇÃO .....	1
<b>1. NOVAS TECNOLOGIAS, OS PRINCÍPIOS</b>	
<b>E AS DIFICULDADES DO PROCESSO .....</b>	<b>5</b>
1.1 Histórico das novas tecnologias e o direito .....	5
1.1.1 Tecnologia no Poder Judiciário do Brasil .....	12
1.2 O constitucionalismo do processo .....	13
1.3 A questão da morosidade .....	16
1.4 O princípio do acesso à justiça:	
as três ondas de Cappelletti .....	22
1.4.1 Dos Princípios Constitucionais .....	22
1.4.2 O Acesso à Justiça .....	27
1.4.2.1 Evolução histórica .....	28
1.4.2.2 As três ondas do acesso à justiça .....	29
1.4.2.3 A primeira e a segunda onda .....	30
1.4.2.4 A terceira onda .....	31
1.4.2.5 A função do CNJ .....	33
1.5 Outras barreiras do acesso à justiça .....	36
1.5.1 A Justiça em Números – recursos humanos	
e investimentos em tecnologia .....	37
1.6 Novas tecnologias no processo penal .....	38
<b>2. O PROCESSO ELETRÔNICO .....</b>	<b>41</b>
2.1 Os antecedentes à lei 11419/06	
e as normas mais recentes sobre o tema .....	41
2.2 As peculiaridades da lei .....	46
2.2.1 Definições .....	47
2.2.2 Início do processo virtual .....	53

2.2.3 Comunicação Eletrônica dos Atos Processuais .....	55
2.2.4 Procedimento Eletrônico .....	56
2.2.5 Outras Disposições .....	59
2.2.6 A ICP-Brasil .....	59
2.3 Os aspectos práticos do processo eletrônico .....	61
2.3.1 A Ciência Presumida .....	61
2.3.2 Vista Pessoal Eletrônica aos Autos .....	61
2.3.3 A Não Suspensão dos Atos Processuais por Indisponibilidades do Sistema .....	62
2.3.4 Comunicação entre Tribunais de Diferentes Jurisdições .....	63
2.3.5 A responsabilidade e a segurança quanto ao uso do sistema e da assinatura digital – uma questão de confiança .....	64
2.3.6 A identidade física do juiz .....	65
2.4 Alguns sistemas criados .....	65
2.4.1 PROJUDI – Processo Judicial Digital e o INFOJUD .....	66
2.4.2 Os sistemas adotados pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região .....	67
2.4.3 E-PROC / TJTO .....	69
2.4.3.1 Melhorias necessárias .....	69
2.5 A informatização processual e o projeto do novo CPC .....	71
2.6 Comentários à natureza dos atos processuais praticados em meio eletrônico.....	72
<b>3. A INFORMATIZAÇÃO E OS ÓRGÃOS JUDICIAIS .....</b>	<b>75</b>
3.1 As vantagens levantadas acerca da virtualização processual .....	75
3.1.1 A integridade dos documentos e o acesso íntegro aos autos com a citação .....	75
3.1.2 A quebra das barreiras territoriais e temporais na prática processual eletrônica .....	76

3.1.3 O princípio constitucional da publicidade do processo .....	78
3.1.4 A isonomia entre o particular e a fazenda pública.....	79
3.1.5 Mudança na Rotina dos Cartórios Judiciais .....	80
3.1.6 Outras Vantagens .....	81
3.2 Das Desvantagens Defendidas .....	82
3.2.1 O acesso aos meios digitais .....	82
3.2.2 A Autonomia no Desenvolvimento de Sistemas Eletrônicos e a não Padronização dos Procedimentos .....	83
3.2.3 A Parcialidade Permitida pela Lei da Informatização Judicial .....	86
3.2.4 A Exigência da Certificação Digital .....	87
3.2.5 O Armazenamento dos Dados .....	88
3.3 STJ – O Primeiro Tribunal Virtual do Mundo .....	89
3.4 As Perspectivas dos Órgãos Judiciais quanto à Informatização do Processo .....	91
3.4.1 Dificuldades para a Implantação do Processo Eletrônico .....	93
3.4.2 As justiças federal e estadual .....	94
3.4.3 A Justiça do Trabalho .....	95
3.4.4 O Supremo Tribunal Federal .....	96
3.5 Iniciativas internacionais sobre o tema .....	97
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>99</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>105</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>115</b>